

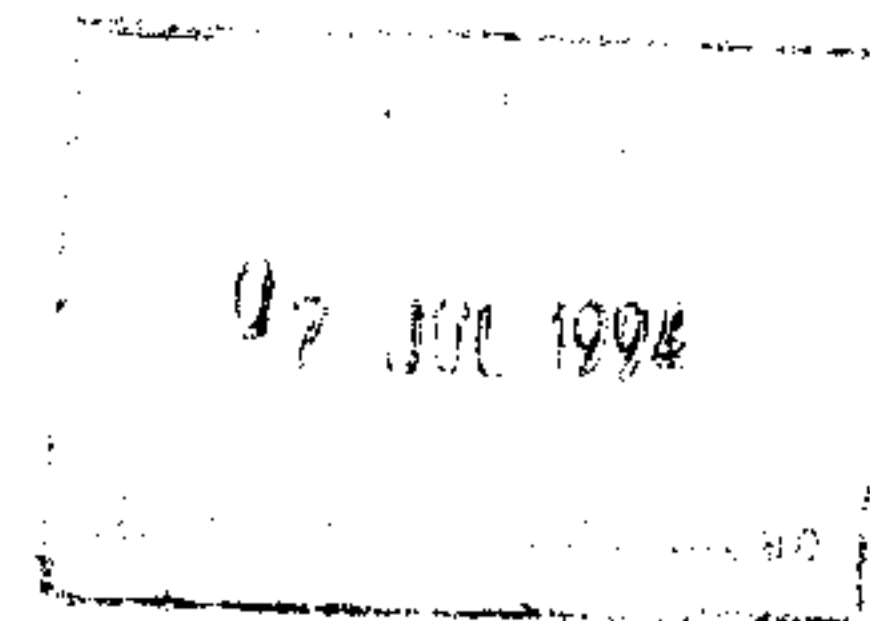
723 117 112

.....

CAMPANHA NACIONAL

PELA REFORMA AGRÁRIA

.....



RELATÓRIO ANUAL DE ATIVIDADES

- 1993 -

Rio de Janeiro, abril de 1994

CAMPANHA NACIONAL PELA REFORMA AGRÁRIA

APRESENTAÇÃO

A Campanha Nacional pela Reforma Agrária completou dez anos em 1993, e desde sua fundação esteve sediada no IBASE. De forma geral, os eixos do projeto são definidos nas assembleias semestrais da CNRA pelo conjunto das entidades que a integram.

O presente relatório tem por objetivo descrever e avaliar sucintamente as atividades desenvolvidas pela Campanha Nacional pela Reforma Agrária em 1993. Para facilitar a exposição, o documento está dividido em três partes: questões da conjuntura, atividades desenvolvidas e avaliação geral. No primeiro item priorizou-se os temas que pautaram a agenda do ano passado, sem desvinculá-los de uma abordagem de "longo prazo". No segundo ponto foram detalhadamente enumeradas as atividades deflagradas e executadas ao longo do ano. No final destacou-se os alcances e limitações do programa como um todo.

QUESTÕES DA CONJUNTURA

Em abril de 1983, um grupo de entidades e cidadãos comprometidos com a democratização do campo brasileiro fundava a Campanha Nacional pela Reforma Agrária (CNRA), que então era formada por seis entidades: ABRA, CIMI, CONTAG, CPT, IBASE e a Linha 6 da CNBB. Passados dez anos a CNRA congrega, hoje, 91 instituições da sociedade civil empenhadas na divulgação e trabalho no tema, atestando um crescimento de 2.900% no número de entidades participantes. São organizações ligadas à Igreja, aos sindicatos de trabalhadores rurais e urbanos, organizações não-governamentais, universidades e institutos de pesquisa, movimentos populares da cidade e do campo e associações de profissionais e estudantes.

Em sua trajetória ao longo da década de 80 e início dos anos 90, a CNRA defrontou-se com atividades que foram se modificando neste período. Tarefas que iam da divulgação do que era trancado a sete chaves pelo governo ditatorial, da denúncia das práticas que negavam a cidadania do homem do campo, ao esforço de propor um aprofundamento da questão agrária nacional e vinculá-la à implantação de um padrão democrático de desenvolvimento.

Destaque-se, nesse meio tempo, o papel que a CNRA cumpriu na articulação das entidades no encaminhamento de emenda popular sobre a reforma agrária durante a Assembléia Constituinte e no acompanhamento mais recente da tramitação da Lei Agrária no Congresso Nacional.

No momento, além do monitoramento das políticas públicas voltadas ao campo e da articulação, informação e mobilização das entidades afins, é ponto central no programa da CNRA, explicitar a importância da questão agrária como questão nacional e redimensioná-la, explorando sua face cultural, jurídica, econômica, política, social, científica, tecnológica, ambiental, etc. Nesse sentido, capitalizando o campo de questões abertas pelo Movimento Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida, é importante frisar o caráter político da fome no Brasil e apontar a reforma agrária como uma das principais (e mais baratas, diga-se de passagem) medidas para estabelecer uma retomada estratégica do desenvolvimento, atenuando, simultaneamente, as condições de miséria atuais. Nesse sentido foi feito um esforço de quantificação do potencial de geração de empregos a partir do assentamento de trabalhadores rurais sem terra, bem como realizado um cálculo de avaliação do custo de implantação das famílias beneficiárias nos núcleos de assentamento. Foram tratadas, ainda, questões conexas como o trabalho infantil na agricultura, o cumprimento da legislação no que tange às relações trabalhistas e o impacto da política de previdência rural.

Ainda nesta perspectiva, tratou-se também de dar visibilidade às questões agrárias e suas manifestações correlatas (concentração fundiária, concentração de renda, produção familiar, etc.) ~~as suas várias etapas e a luta contra a fome e a miséria. Mais presente foram estabelecidos a importância de~~ comitês como o de Itumbiara, que conseguiu junto à Furnas uma área pública para produção de alimentos destinados à merenda escolar, e o de Macaé, que mobilizou a população da cidade para o apoio aos acampados em rodovia próxima. Foi produzido um dos números do jornal **Primeira & Última Página**, que circula para os comitês de todo o país, inteiramente dedicado ao tema.

Outro assunto que mobilizou a Campanha durante 1993, a discussão sobre os marcos legais da reforma agrária, contou com o acompanhamento do processo de tramitação da Lei Agrária e da Lei do Rito Sumário, aprovadas em fevereiro e julho, respectivamente. Mais recentemente o debate sobre a estratégia dos movimentos sociais rurais no processo de Revisão Constitucional, vem consumindo a dedicação da equipe de trabalho.

Desde sua fundação a CNRA esteve sediada no IBASE, que tem se responsabilizado pela coordenação, implementação e execução das atividades propostas pelo conjunto de instituições que integram a Campanha. Tradicionalmente são realizadas duas assembleias anuais com as entidades da CNRA, onde são apresentados e discutidos os eixos programáticos do projeto, cabendo à coordenação especificá-los e executá-los. Ao final do ano a coordenação elabora e encaminha um relatório detalhado das atividades desenvolvidas, procurando fazer um balanço do período.

Nesses 10 anos de CNRA, o IBASE tem aperfeiçoado a forma de comunicação, informação e articulação política entre as entidades, agilizando o intercâmbio de documentos, dados estatísticos, agenda de eventos, análises conjunturais, etc. Este processo foi incrementado com a implantação do Nodo AlterNex, que tem como usuárias 42 do total de organizações da CNRA e que possui uma conferência eletrônica animada e dirigida às entidades da Campanha e outros usuários afins.

ATIVIDADES DESENVOLVIDAS

a. boletim "Democracia na Terra"

O principal objetivo deste periódico é tornar-se um referencial para as entidades comprometidas com a realização da reforma agrária no Brasil, buscando aprofundar o tema e contextualizá-lo. Desta forma, o boletim constitui-se num veículo privilegiado da CNRA. Busca-se incentivar o resgate do potencial positivo que a realização da reforma agrária no Brasil teria na retomada do processo de crescimento nacional. Ou melhor, como pensar, dentro de uma nova proposta de modelo de desenvolvimento (econômico, social, político, etc.), a questão da reforma agrária. Esta perspectiva, no entanto, não tem sido muito explorada nas publicações tradicionais, tendo em vista que, dada a violência que caracteriza a luta pela terra no Brasil, a maior parte das análises tendem a priorizar a face espinhosa do processo. O boletim, ao trazer contribuições de fundo, vem preenchendo esta lacuna do debate.

Com a proposta de tornar-se "veículo" de novas idéias e aprofundar as análises sobre a questão da reforma agrária, foram publicados, durante o ano, os seguintes boletins:

* n.8 - jan./fev.- 1993

editorial: "O governo Itamar e a reforma agrária"

artigo: "10 anos de Campanha, 500 anos de luta", de Herbert de Souza.

* n.9 - mar./abr.- 1993:

editorial: "Reforma agrária e combate à fome"

artigo: "Reforma agrária e cultura política no Brasil: questões para um debate", de Regina Reyes Novaes.

* n.10 - dez./ - 1993:

editorial: "Os marcos legais da reforma agrária"

artigo: "Depois da Lei Agrária: o que muda no campo brasileiro?", de Luiz Edson Fachin.

Número de assinantes do boletim (em fevereiro de 1994):

Assinaturas em dia.....	167
Institucional.....	65
Particular.....	102
Assinaturas em atraso.....	90
Institucional.....	45
Particular.....	45
Cortesia (entidades CNRA, outros).....	128
TOTAL.....	385

b. Animação da conferência eletrônica ax.cnra

Com o objetivo de fazer um breve balanço da conferência eletrônica "ax.cnra", integrada ao nodo AlterNex, bem como averiguar seu alcance e limitações, apresentamos abaixo um resumo das principais informações referentes à sua animação.

A conferência eletrônica <ax.cnra>, integrada ao nodo AlterNex, é uma conferência animada pela Campanha Nacional pela Reforma Agrária (CNRA), com a participação das entidades que a integram e de outros usuários afim. O espaço está aberto para acompanhamento de temas conjunturais, como foi a tramitação das leis Agrária e do Rito Sumário no ano passado; para a denúncia de crimes e conflitos no campo; para a divulgação de análises sobre a temática agrária; agenda de reuniões e eventos; intercâmbio de idéias e informações em geral. Além disso a conferência conta com um clipping eletrônico, divulgado mensalmente.

Os dados que seguem referem-se ao monitoramento da conferência, considerado o ano base de 1993. Ao todo foram colocados 195 tópicos, versando sobre as mais variadas questões. Um exame atento dos usuários mais participativos nesta tarefa de colocar elementos para debate e informação nesta conferência, constatou a presença das seguintes pessoas/instituições:

Login do usuário	Número de tópicos colocados
-----	-----
<leite>	64
<cptnac>	62
<andrac>	55
<inesc>	4
<ezequiel>	2
<abracamp>	1
<ajup>	1
<animax>	1
<cleydef>	1
<fase>	1
<ipsinfo>	1
<jfernand>	1
<petrina>	1

Um balanço rápido destes números indica, ainda, a prevalência de membros da secretaria da CNRA (leite e andreac) na colocação de tópicos na conferência. Merece destaque, no entanto, o papel ativo da cptnac no trabalho de divulgar suas análises e boletins informativos. O debate sobre os tópicos colocados ainda é pequeno, suscitando poucas reações na própria conferência. Vale notar que a conferência é semi-aberta, disponível para a consulta/ leitura à todos os usuários do sistema, mas com acesso para intervenção para aquelas pessoas/instituições ligadas à Campanha.

Quanto aos temas, uma classificação aproximativa mostrou a frequência dos seguintes:

Temas	Número de Tópicos
-----	-----
Denúncia/Conflitos/Morte/Ocupação	64
Notícias da Terra - Informativo CPT	25
Clipping eletrônico - CNRA/IBASE	14
Lei Agrária	13
Informes/desapropriação/outros	12
Rito Sumário	11
Análises sobre reforma agrária	9
Revisão Constitucional	9
Seminários/eventos/relatórios de	8
Fome	6
Atos públicos	5
Agenda/reuniões	5
Rio Maria	4
CNRA	3
Seca no Nordeste	2
Barragens	1
Fundos Constitucionais	1
Mídia	1
Publicações	1
Seringueiros	1

No que se refere aos leitores dos tópicos acima, o monitoramento de 196 mensagens (tópicos e respostas de tópicos), apresentou o resultado abaixo.

Login dos usuários	Instituição	Número de leituras
-----	-----	-----
<jaerson>	IBASE	196
<leite>	IBASE	196
<fase>	FASE	168
<andreac>	IBASE	162
<cptnac>	CPT	116
<inesc>	INESC	95

<wolfgang>	IBASE/EZE	88
<carmen>	IBASE	87
<guillermo>	IBASE	85
<pedro>	IBASE	82
<betinho>	IBASE	69
<petrina>	IBASE	67
<ezequiel>	particular	66
<tomo>	IBASE/PARC	66
<clelmo>	IBASE	65
<luciano>	IBASE	58
<nubia>	IBASE	46
<abracamp>	ABRA	42
<idaco>	IDACO	38
<ifas>	IFAS	35
<ptbrasil>	PT	35
<chico>	IBASE	31
<calichio>	particular	29
<cptrj>	CPT/Rio	27
<atila>	IBASE	26
<cptsc>	CPT/Santa Catarina	26
<ajup>	AJUP	21
<cptmg>	CPT/Minas	21
<camprs>	CAMP	20
<aspta>	ASPTA	19
<fasesp>	FASE/São Paulo	19
<ajupto>	AJUP/Tocantins	18
<cptpa>	CPT/Pará	16
<kemmerle>	Particular	16
<nilo>	IBASE	13
<albertonoe>	USP	11
<cerbino>	IBASE	10
<hercília>	IBASE	10
<fasecapanema>	FASE/Capanema	9
<iyda>	IBASE	9
<cedirj>	CEDI/Rio	8
<ciro>	IBASE	8
<mosteiro>	Particular	8
<ciasrj>	IBRADES	7
<cptpr>	CPT/Paraná	7
<cptro>	CPT/Rondônia	7
<ipsbrasil>	IPS	7
<semterra>	MST	7
<athayde>	IBASE	6
<faseba>	FASE/Bahia	6
<iser>	ISER	6
<sedes>	Sedes Sapientiae	6
<ajupmt>	AJUP/Mato Grosso	5
<alkra>	Particular	5
<johnburns>	Cto.Trat.Drogas/Alcool	5
<marcellus>	IBASE	5
<alex>	IBASE	4
<fatima>	IBASE	4
<jsoriano>	particular	4
<nailton>	IBASE	4
<aspan>	ASPAN	3
<cptartoc>	CPT/Araguaia-Tocantins	3

<fase Manaus>	FASE/Manaus	3
<joao>	IBASE	3
<cafonso>	IBASE	2
<cedac>	CEDAC	2
<cedi>	CEDI	2
<fasees>	FASE/Espírito Santo	2
<fasepe>	FASE/Pernambuco	2
<faseguapore>	FASE/Guaporé	2
<fukushinji>	Particular	2
<hermila>	IBASE	2
<jfernand>	IBASE	2
<vianeis>	VIANEIS	2
<ao>	AAO	1
<animax>	AlterNex	1
<cddhptrj>	CDDH/Petrópolis	1
<cleide>	IBASE	1
<ezerfa>	EZE	1
<faseabaetetub>	FASE/Abaeté	1
<leonardo>	IBASE	1
<ligiero>	IBASE	1
<limoncic>	IBASE	1
<marcia>	IBASE	1
<moema>	IBASE	1
<rdcampos>	IBASE	1
<visita>		1

Nota-se uma grande diversidade de leitores. Em média, para cada mensagem monitorada tem-se 7 usuários pertencentes ao IBASE e 5 usuários externos. Destes últimos, 34 são instituições ligadas à CNRA (considerando-se aqui os escritórios regionais de entidades nacionais como FASE e CPT, por exemplo), atestando uma participação significativa da rede nas consultas aos tópicos da conferência.

c. assembléia das entidades da CNRA

No dia 28 de junho ocorreu no auditório do IBRADES (Botafogo - RJ), o encontro das entidades da Campanha Nacional pela Reforma Agrária de 1993; onde compareceram aproximadamente 45 representantes de diversas instituições ligadas à questão.

Neste encontro foi divulgado o relatório de Atividades da CNRA no primeiro semestre de 1993.

A reunião constituiu-se, na parte da manhã, por uma mesa-redonda intitulada: "REFORMA AGRÁRIA E AS QUESTÕES DA CONJUNTURA BRASILEIRA", coordenada por Cândido Grzybowski (IBASE).

A mesa foi composta por:

Herbert de Souza (IBASE/CNRA)

- Estado e Sociedade Civil: do Plano de Combate à Fome e à Miséria ao Movimento de Ação da Cidadania contra a Miséria e pela Vida.

João Pedro Stédile (MST)

- A Reforma Agrária e o Problema da Fome no Brasil: Lições dos Assentamentos Rurais

Luiz Édson Fachin (Procuradoria do Estado do Paraná)

- Depois da Lei Agrária: O que muda no Campo Brasileiro?

Odacir Klein (PMDB - Câmara dos Deputados)

- O Legislativo como Campo de Forças na Luta pela terra: pensando a Revisão Constitucional

A parte da tarde foi reservada para a assembléia das entidades da CNRA, onde além da apresentação das atividades realizadas pela Campanha no primeiro semestre de 1993 e das programadas para o segundo, foi debatido o posicionamento da CNRA frente ao problema da fome.

Durante a Assembléia foi discutida a definição de encaminhamentos quanto aos desdobramentos da Lei Agrária e do Rito Sumário, e também um posicionamento estratégico da CNRA frente à Revisão Constitucional.

Estiveram presentes à reunião as seguintes entidades: CPT, CONTAG, ASSESSOAR, DESER, CEAC, IDACO, FASE, NOVA PESQUISA E ASSESSORIA EM EDUCAÇÃO, CPDA/UFRRJ, ANSUR, CNS, INESC, COMISSÃO REGIONAL DAS MULHERES AGRICULTORAS DO DNTR, CERIS, CESE, INSTITUTO EQUATORIAL, INSTITUTO DE TERRAS DO ESTADO DE SÃO PAULO, MOVIMENTO FEMININO PARA ANISTIA E LIBERDADES DEMOCRÁTICAS, CEPAC, FRENTE NACIONAL DOS TRABALHADORES, CEDAC, GERA/UFMT, CENTRO DE CULTURA LUIZ FREIRE, FUNDIFRAN, ABRA, FEA/UFRRJ, CENTRO JOÃO XXIII-IBRADES, COMISSÃO ORGANIZADORA DOS ASSENTAMENTOS RURAIS DO RIO DE JANEIRO, ISER, NUER/UFRRJ, CPT-SECRETARIA NACIONAL, IBASE, PIPSA.

d. mesa-redonda no encontro da SBPC

Lembrando o caráter marginal dado à questão da Reforma Agrária, justamente por não se constituir, segundo as correntes adeptas ao liberalismo, num dos pilares do processo de modernização, percebeu-se a necessidade de reverter esta tendência e apontar elementos da realidade agrária e dos projetos políticos estratégicos que incluam a reforma agrária, de forma que este quadro possa ser discutido criticamente e para que o atual padrão de desenvolvimento possa ser questionado a partir da sua matriz político-econômica, buscando um diálogo direto com os movimentos sociais rurais e urbanos.

Neste sentido, a Questão Agrária constitui, sem dúvida, um dos eixos básicos da estrutura social brasileira. Na análise desta questão acha-se presente, de modo implícito ou explícito, a Reforma Agrária. Tema quase sempre marcado por um forte conteúdo ideológico, a Reforma Agrária carece de um debate científico qualificado, o que implica uma responsabilidade social do cientista ao tratar de um tema tão espinhoso, sabendo de antemão que as teses defendidas serão apropriadas pelo campo político/ideológico.

Para tanto, a CNRA e a Associação dos Geógrafos Brasileiros (AGB) viram na promoção da mesa-redonda "Reforma Agrária: ciência e responsabilidade social", a possibilidade de se discutir esta problemática, principalmente num fórum como o da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (SBPC), abrindo caminho para a legitimidade "científica" que o tema requer, facilitando seu reconhecimento e importância para a sociedade como um todo.

Nesse sentido, em 14 de julho foi realizado em Recife, PE, a Mesa-Redonda "Reforma Agrária: Ciência e Responsabilidade Social", durante o 45o. Encontro Anual da Sociedade Brasileira para o Progresso da Ciência (11-16 de julho).

O encontro deste ano contou com uma alta participação, uma vez que além das mesas, cursos e conferências organizadas, ocorreram paralelamente várias atividades abertas para pesquisas em desenvolvimento, abrindo espaço para que, desta forma, um maior número de trabalhos fossem expostos em sessões de comunicação oral e sessões de painéis.

A mesa, que além da CNRA, teve a promoção da AGB, e apoio da Coordenadoria Ecumênica de Serviço, (representada por Enílson Rocha) contaria com a coordenação de Carlos Walter (AGB-UFF) e com as exposições de Maria Conceição D'Incao (UNICAMP) e Aspásia Camargo (IPEA), que não compareceu.

Carlos Walter abriu o encontro para, aproximadamente, 400 pessoas presentes, ressaltando que a idéia de organizar a mesa-redonda surgiu a partir da constatação do impasse daqueles que lutam pela Reforma Agrária no Brasil diante do silêncio, do ponto de vista político, com relação ao tema; principalmente após a Constituição de 1988, quando as bandeiras relativas aos avanços do agro brasileiro foram derrotadas.

Neste sentido, o encontro foi organizado tendo como objetivo principal a reflexão acerca da ciência e responsabilidade social com a Reforma Agrária.

Maria Conceição D'Incao, em sua intervenção fez uma análise da utilização do discurso científico no debate sobre a Reforma Agrária, uma vez que, percebe-se dentro deste debate, as mais diferentes posições sendo informadas por argumentações científicas. Para tanto, tomou como fio condutor o próprio projeto de Reforma Agrária, gestado no bojo do desenvolvimentismo econômico, entre as décadas de 50 e 60, que deu origem ao Estatuto da Terra e com o qual se adentrou os debates do governo de transição, da proposta do Plano Nacional de Reforma Agrária e da Nova Constituição, chegando até os termos em que o debate se encontra hoje.

Em sua análise, o Projeto de Reforma Agrária aparece inicialmente formado por uma ciência preocupada com a reestruturação, no mundo do saber, dos processos de transformação na sociedade, presente na produção científica de pensadores marxistas. E, acima de tudo, como uma exigência para o processo de desenvolvimento das forças produtivas no campo brasileiro, ou seja, para o processo de desenvolvimento do próprio capitalismo. Porém, visto pela esquerda como uma aceleração da proletarização, que levaria à Revolução socialista.

Maria Conceição continuou seu discurso traçando a trajetória deste projeto, cuja discussão, após a ditadura,

ressurge com novas perspectivas frente a novos atores, mais participantes que os antes existentes, até chegar ao Projeto de Reforma Agrária formulado pelo PT, pelo Governo Paralelo, que ainda é abraçado por muitos intelectuais de esquerda.

Ao terminar sua análise, D'Incao se colocou a favor de um redirecionamento da economia agrícola e da ação estatal, que está nas mãos dos setores dominantes de produção. O Estado deixaria de apoiar os grandes grupos de produtores, para apoiar a pequena produção. De acordo com ela, nada de revolucionário, nada de impossível. E seria, assim uma reforma agrária ligada à democracia.

Presentes à platéia estavam também representantes do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, da Associação Brasileira de Reforma Agrária e da Comissão Pastoral da Terra.

e. seminário sobre agricultura familiar

A CNRA juntamente com o IBASE, promoveram com o apoio e a iniciativa do departamento de Agricultura Contextualizada da BROT FUER DIE WELT (Pão para o Mundo) o seminário internacional sobre "Agricultura familiar e desenvolvimento democrático". O evento contou com uma etapa preparatória entre os participantes (veja listagem abaixo) da viagem sobre os temas centrais a serem abordados no seminário: agricultura familiar, comércio agrícola internacional (GATT), políticas agrícolas (PAC), agricultura sustentável, cooperação internacional. Privilegiou-se, também, uma comparação do caso alemão com o brasileiro. Na realidade o seminário buscava possibilitar um "efeito multiplicador" das discussões travadas na Alemanha sobre os temas apontados acima.

Entre agosto e setembro de 1993, durante quinze dias, foram visitados diversos estabelecimentos rurais, procurando dar conta das diversas formas de exploração econômica e tecnológico que predominam na agricultura alemã; assistidas palestras sobre a realidade da agricultura alemã e seu processo histórico, sobre a organização política dos agricultores; sobre a cooperação internacional e o papel das agências; sobre a política agrícola comum da Comunidade Européia; sobre os impactos da Rodada Uruguai do GATT na agricultura.

Pretendeu-se, ao final, estabelecer um processo de intercâmbio de idéias e trabalhos versando sobre os pontos afins, além de estimular a reflexão e o desenvolvimento de atividades que tivessem por objetivo a ênfase na agricultura familiar e sustentável no Brasil.

Participantes: Ademir Dallazen (ASSESOAR), Aloísio Melo (CPT/Conceição Araguaia), Boaventura Castro (MAB), Circe Padilha (Comissão Mulheres Agricultoras), Edélcio Oliveira (INESC), Eduardo Barbosa (ESPLAR), Elcio Manchineri (UNI/AC), Gilson Bittencourt (DESER), Guilherme Delgado (IPEA), Ivonete Tonin (MST), José Roberto Faro (DNTR/CUT), Leonilde Medeiros (CPDA/UFRRJ, CEDI), Marco Antonio Araujo (CONTAG), Maria Emília Pacheco (FASE Nacional), Múcio Gonçalves (TIE), Sérgio Leite (IBASE), Tarcísio Rocha (FUNDIFRAN), Valmor Pase (CETAP), Vera

Lunardi (CPT Nacional). Além disso participaram também, por outro programa, Afonso e Vera Lúcia do MST.

f. produções gerais

1. *Livros*. Durante o ano de 1993 foram preparadas duas coletaneas de textos versando sobre a problemática dos assentamentos rurais, ambas resultado de seminários realizados em 1992. A primeira delas, de caráter mais econômico, oferece artigos que discutem a viabilidade econômica dos assentamentos, bem como sua relação com o meio ambiente. Este livro foi editado em fevereiro de 1994. A segunda coletanea, mais ampla, trata de temas como identidade dos assentados, perfil de intervenção do Estado e movimentos sociais. A edição está prevista para o segundo semestre de 1994.

1o. livro: **Reforma agrária: produção, emprego e renda**. O relatório da FAO em debate. Petrópolis: Vozes/IBASE/FAO, 1994. Organização de Ademar Romeiro, Carlos Guanzioli e Sérgio Leite.

2o. livro (no prelo): **Perspectivas para uma política de reforma agrária**. São Paulo: EDUNESP/IBASE, 1994. Organização de Leonilde Medeiros, Maria Valeria Barbosa, Mariana Franco, Neide Esterici e Sérgio Leite.

Cadernos Temáticos. A CNRA, como integrante do Forum de Alternativas à Agricultura Brasileira, participou da viabilização de texto sobre reforma agrária constitutivo da série "Cadernos Temáticos", visando uma ampla discussão sobre os temas publicados.

Reforma agrária: concepções, controvérsias e questões. Rio de Janeiro: Forum, 1994. Trabalho de Leonilde Medeiros (série Cadernos Temáticos, n.1).

2. *Artigos*. Visando divulgar e/ou aprofundar o tema, foram publicados diversos artigos (além dos já citados em outras partes do relatório).

Políticas públicas e agricultura no Brasil: comentários sobre o cenário recente. de Sérgio Leite, na revista "Proposta", n.59, dez., 1993.

A modernização da agropecuária brasileira e suas consequências econômico-sociais. de Sérgio Leite, na revista "Amazônia Brasileira em Foco", n.19, 1993.

O estudo dos assentamentos rurais e os parâmetros da ciência econômica: breve contribuição ao debate. de Sérgio Leite, nos anais do XXXI Congresso Brasileiro de Economia e Sociologia Rural, 1993.

Modernização no campo: as transformações recentes no agro nacional. de Sérgio Leite. Rio de Janeiro: IBASE, 1993. (série "Cadernos IBASE", n.2).

Agricultura: crise e recuperação. de Sérgio Leite, no "Informe CORECON", Rio de Janeiro, jan., 1993.

Novas pistas para uma política rural. de Guilherme Delgado, na PG, fev., 1993.

3. *Mídia.* Foram publicados artigos e/ou concedidas entrevistas aos seguintes jornais e rádios, respectivamente:

a. Jornais/artigos

O papel da agricultura em um novo modelo de desenvolvimento. de Plínio de Arruda Sampaio. O Estado de São Paulo. janeiro.

Fome: prioridade para ontem. de Francisco Menezes. O Dia. fevereiro.

Cidadania em campo. de Sérgio Leite. Jornal do Brasil. agosto.

b. Jornais/entrevistas

Regulamentação da reforma agrária. Jornal do Comércio. janeiro.

Reforma agrária e campanha da fome. O Dia. junho.

Reforma agrária e desenvolvimento. Jornal do Brasil. julho.

Desapropriações. Jornal do Brasil. agosto.

c. Rádio/entrevistas

Lei Agrária. Rádio Ligado. fevereiro.

Reforma agrária e fome. Rádio Bandeirantes. agosto.

Conjuntura política brasileira. Coletiva em Stuttgart. setembro.

Transformações na agricultura do leste alemão. Rádio de Berlim. setembro.

g. combate à fome

A CNRA esteve engajada na Campanha contra à Fome e à Miséria, movimento que mobilizou e mobiliza grande parcela da

sociedade brasileira. O objetivo principal foi dar visibilidade às questões da terra e sua importância no combate à fome e à exclusão social no Brasil. Sobretudo, em função do fato de que a maioria dos comitês de combate à fome situam-se no eixo urbano.

A proposição central do trabalho da CNRA neste contexto refere-se à importância da reforma agrária no esboço de um modelo alternativo de desenvolvimento, revendo a matriz concentracionista implantada na agricultura brasileira a partir dos anos 50.

Ultimamente tem-se trabalho no cálculo do custo de assentamento de trabalhadores rurais e no potencial de emprego a ser criado através da reforma agrária. Sobretudo em foruns como o da Ação pelo Emprego e o Desenvolvimento, organizado pelo Clube de Engenharia do Rio de Janeiro.

Foram, também, elaborados os seguintes artigos para divulgação:

Quanto custa fazer a reforma agrária no Brasil ?, de Sérgio Leite, no jornal "Primeira & Última Página", Rio de Janeiro, dez., 1993.

Terra: a última fronteira da pobreza. de Sérgio Leite, no jornal "Primeira & Última Página", Rio de Janeiro, abril, 1993.

A questão agrária e o Plano de Combate à Fome e à Miséria. de Francisco Menezes e Sérgio Leite, Rio de Janeiro, 1993.

Reforma agrária: combate à exclusão e geração de empregos. de Sérgio Leite. Rio de Janeiro, CNRA, dez., 1993.

Fome: prioridade para ontem. de Francisco Menezes. Jornal "O Dia", 1993.

h. marcos legais da reforma agrária

No primeiro semestre do ano ganharam espaço no temário agrarista a tramitação dos projetos de lei que regulamentam a Constituição Federal de 1988 (Lei Agrária e Lei do Rito Sumário) - ao nível do Poder Legislativo - e a Proposta de Reforma Agrária do Governo Itamar e o Plano de Combate à Fome e à Miséria. Nessa linha foi tentado um esforço de reflexão, resultando na elaboração de trabalhos descritos abaixo, direcionado à assessoria dos movimentos e organizações afins. No campo da novas leis sobre a reforma agrária, vale destacar a participação da CNRA na mobilização em torno da aprovação de um texto mais próximo às reivindicações dos trabalhadores rurais e o esforço de trazer ao debate público temas hoje marginalizados. Nessa linha foi produzido, juntamente com a CONTAG, CUT, MST, CPT, CIMI, INESC E CNASI, o documento intitulado "**Proposta de vetos de dispositivos de projeto de lei n. 11/91, que regulamenta a reforma agrária**", visando oferecer uma argumentação juridicamente elaborada para subsidiar a reivindicação junto ao presidente

Itamar Franco, dos vetos que atenuariam alguns obstáculos à reforma agrária, embutidos na Lei Agrária, aprovada em fevereiro. A tramitação da Lei do Rito Sumário mereceu, também, atenção específica. Foram veiculadas diversas manifestações públicas contra a morosidade da sua aprovação, bem como quanto ao seu conteúdo. Finalmente, a lei acabou sendo aprovada em julho, permitindo ao poder público desencadear uma série de desapropriações no segundo semestre. A CNRA também esteve atenta às tentativas do bloco ruralista de fazer passar outro projeto que atenuava as determinações contidas na Lei Agrária, visando vincular a aprovação deste projeto ao envio, para sanção do Presidente da República, da Lei do Rito Sumário.

No segundo semestre, também contando com o apoio do INESC para viabilização dos trabalhos deste tema, foi desencadeada uma discussão acerca da Revisão Constitucional. Na assembléia da CNRA de junho, ficou caracterizado (ao contrário da ação conjunta das entidades em relação aos vetos da Lei Agrária) o impasse das entidades quanto à uma decisão incisiva em relação ao tema da revisão (pró, contrário, de que forma, quando, etc.). Naquele momento optou-se por uma consulta, apesar de várias entidades já manifestarem uma oposição radical ao processo revisional. Paralelamente a CNRA buscou coletar e sistematizar (através do ax!) as posições de diversas instituições, tornadas públicas, sobre o tema da reforma agrária e revisão constitucional. Foram apresentadas as posições da CPT, ABAG, CONTAG, PSDB, PT, entre outros. Com a decisão dos parlamentares de realizarem a revisão, buscou-se uma estratégia para dificultar que os termos da Carta Magna tornasse completamente inviável a realização da reforma no país. Mediante veiculação na mídia, por um lado, e sistematização das propostas e emendas apresentadas pelos parlamentares, foi possível traçar um esboço do perfil da correlação de força política e das questões tratadas neste tema. Até o final do ano a reforma agrária não havia sido incluída na agenda da pauta de artigos a serem objeto de revisão.

Sobre o assunto foram publicados o já mencionado artigo de Luiz Edson Fachin no boletim Democracia na Terra, e os seguintes trabalhos:

- Sérgio Leite, "Questão agrária: desenvolvimento ou miséria?", no boletim do INESC, "Subsídio", e no Jornal dos Funcionários da FGV/RJ.
- Sérgio Leite, "Desafios e perspectivas após a nova lei", na revista Políticas Governamentais, do IBASE; e no Brazil Network Newsletter.

i. arquivo, banco de dados e indicadores

Com o propósito de organizar, sistematizar e tornar disponível publicamente o arquivo da CNRA, foi iniciado em 1992 e concluído em 1993 um trabalho de catalogação das informações existentes no projeto, que completou 10 anos. A dificuldade maior

deveu-se à total desorganização e atomização das informações referentes à Campanha.

O trabalho compreende desde o armazenamento de informações recebidas pela Campanha, clipping da grande imprensa, até a construção de indicadores que reflitam o quadro agrário nacional.

j. participação em debates/encontros

A CNRA esteve presente nos seguintes encontros/seminários/palestras:

- . participação no II Congresso do DNTR/CUT - março/Goiânia.
- . participação no encontro sobre Sistemas Agrários em Assentamentos (FAO/ITESP) - março/São Paulo.
- . participação no II Congresso da CNDDA - maio/Rio Branco.
- . palestra sobre "A economia dos assentamentos rurais", GERA/UFMT - maio/Cuiabá.
- . palestra sobre "Balanço das políticas agrárias recentes", UERJ/CPDA - junho/Rio de Janeiro.
- . palestra sobre "Conjuntura Agrária", Forum Rio - junho/Nova Iguaçu.
- . palestra sobre "A face econômica da reforma agrária", UFF - junho/Niterói.
- . participação na Assembléia Regional da CPT - junho/Rio de Janeiro.
- . palestra sobre "Tendências da agricultura brasileira", Encontro dos Trabalhadores Rurais da CUT/RJ, outubro/Rio de Janeiro.
- . palestra sobre "Reforma agrária e fome no Brasil", Fundação Wilson Pinheiro e DETR/CUT/RJ - novembro/Rio de Janeiro.
- . palestra sobre "Estado e assentamentos rurais", IFCS/UFRJ - novembro/Rio de Janeiro.

k. elaboração de cartaz

Com o apoio de parte das entidades da CNRA, foi confeccionado em dezembro de 1992 e janeiro 1993 o mais recente cartaz da Campanha, que tem como título: "Democracia na Terra". A tiragem inicial do cartaz foi de três mil exemplares. A experiência da CNRA com cartazes como forma de divulgação da questão agrária tem sido avaliada positivamente.

l. atendimento e assessoria

A CNRA recebeu ao longo do ano diversas instituições, nacionais e internacionais, ligadas aos mais diversos campos: agrário, direitos humanos, meio ambiente, urbano, demográfico,

etnico, relações comerciais, etc. Foram atendidos representantes de entidades ligadas aos movimentos sociais rurais e urbanos, organizações não-governamentais, pesquisadores de universidades, imprensa geral e especializada, instituições ligadas à Igreja, organizações sindicais.

Parte dos atendimentos desdobravam-se em prestação de consultoria sobre tema determinado, repasse de informações, participação em debates, conferências e seminários, e deslocamento para cidades do interior. É um trabalho que tem exigido um esforço de sistematizar as informações mais solicitadas e disponibilidade de tempo e de deslocamento para participação nas atividades supra.

CNRA - DEMANDANTES			
01	IMPrensa	20	17.7%
02	ONG'S	31	27.4%
03	MOVIMENTOS/ASSOCIAÇÕES/SINDICATOS	15	13.3%
04	UNIVERSIDADES	26	23.0%
05	ORGÃOS GOVERNAMENTAIS	02	01.8%
06	PARTIDOS POLITICOS	07	06.2%
07	INDIVIDUAIS	08	07.0%
08	OUTROS	04	03.5%
TOTAL - 113 consultas			100%

CNRA - TEMAS SOLICITADOS			
01	LEI AGRÁRIA/ LEI DO RITO SUMÁRIO	09	07.9%
02	REFORMA AGRÁRIA	28	24.8%
03	COMBATE À FOME/AÇÃO DA CIDADANIA	07	06.2%
04	CAMPANHA NACIONAL PELA REFORMA AGRÁRIA	16	14.1%
05	QUESTÃO AGRÁRIA/POLÍTICA AGRÁRIA	21	18.6%
06	PEQUENA PRODUÇÃO/PRODUÇÃO FAMILIAR	03	02.6%
07	CONFLITOS/VIOLENÇA	04	03.5%
08	OUTROS	25	22.1%
TOTAL - 113 consultas			100%

AVALIAÇÃO GERAL

De uma forma geral a CNRA conseguiu consolidar alguns dos principais objetivos deflagrados em 1992 e aprofundados em 1993: a) recuperar o papel de articulação/ mobilização entre as entidades da campanha; b) aprofundar, redirecionar e potencializar a discussão e o debate em torno da reforma agrária brasileira, seja produzindo análises próprias, seja canalizando outros trabalhos sobre a questão; c) manter, com alguma dificuldade, a publicação de boletim que veiculasse a proposta do item anterior; d) tomar iniciativas no campo legislativo e no acompanhamento dos processos relativos aos assentamentos rurais; e) divulgar e informar, valendo-se de conferências, artigos, alternex, entrevistas e mídia; f) recuperar, sistematizar e tornar disponível para consulta os arquivos da CNRA; g) denunciar e/ou divulgar denúncias sobre a violência no campo e o abuso de poder.

Foram também desenvolvidas iniciativas que se colocavam como potencialidades em 1992: a) explorar a temática e a cooperação internacional no campo da reforma agrária e desenvolvimento sustentável, que se deu a partir do seminário "*Agricultura familiar e desenvolvimento democrático*" (BROT/IBASE); b) expandir e melhorar as formas de comunicação entre as entidades da CNRA (veja-se o relatório da ax.cnra); c) sistematizar a coleta/arquivamento de dados e indicadores relativos ao tema, rebatendo no melhoramento do atendimento ao público.

Além destas, ainda no campo das novas iniciativas, destacam-se: a) o envolvimento e a vinculação ao tema do combate à fome e à exclusão social e à campanha de geração de empregos, através da demonstração da viabilidade econômica do programa de assentamentos rurais; b) no campo da questão jurídica, o exercício do lobby político como forma de pressão eficiente junto ao legislativo e executivo, tornando a resultante legal mais próxima das reivindicações dos movimentos sociais rurais.

No item das atividades/ações que ainda merecem alguma elaboração mais adequada, citam-se: a) melhorar o contato com a mídia e os órgãos de informação em geral; b) estimular e explorar o contato com outras instituições e fóruns comprometidos com a democracia em geral e a luta pela terra em particular; c) tornar, guardadas todas e possíveis proporções, a questão da democratização da terra como um divisor de águas para a sociedade; d) melhorar a capacidade de coordenação de ações articuladas das entidades da CNRA (que rebateu na dificuldade de encaminhar propostas sobre a revisão constitucional, e por outro lado tem se deparado com a crescente possibilidade dos próprios movimentos dialogarem entre si sem mediações exaustivas das entidades de assessoria); e) desenvolver atividades relativas à campanha "*strictu sensu*"; f) promover atividades culturais relativas ao tema; d) mobilizar de forma mais eficiente a sociedade civil para o tema.

Vale destacar ainda que a CNRA soube aproveitar de forma razoável os recursos financeiros para 1993. As atividades não desenvolvidas o foram em função da ausência dos mesmos.